



## CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL

**ATA N.º 07/2020**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 01 DE ABRIL DE 2020**

**PRESIDENTE DA CÂMARA:**

**António dos Santos Robalo**

**VEREADORES:**

**António Bernardo Morgado Gomes Dionísio – Vereador do Partido Socialista**

**Vítor Manuel Dias Proença – Vereador do Partido Social Democrata**

**Sandra Isabel Santos Fortuna – Vereadora do Partido Socialista**

**Sílvia Gonçalves Nabais – Vereadora do Partido Social Democrata**

**Amadeu Paula Neves - Vereador do Partido Social Democrata**

**Luís Filipe Pereira Gonçalves – Vereador do Partido Socialista**

**JUSTIFICOU FALTA À PRESENTE REUNIÃO:**

**Não se verificaram faltas de comparência**

**HORA DE ABERTURA:**

**Dez horas**

**LOCAL: Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**

**SALDO DO DIA 31 DE MARÇO DE 2020 -----> *Op. Orçamental:* 3.177.595,19 €**

***Op. Não Orçamental:* 718.123,25 €**



g

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte, nesta cidade de Sabugal, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Sabugal que teve início pelas 10:00 horas no **Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**. -----

Verificada a existência de quórum para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o senhor **Presidente da Câmara, António dos Santos Robalo** presidiu a reunião tendo-a declarado aberta. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**1. JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIAS DE MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

Não se registaram faltas de comparência. -----

**2. EXPEDIENTE** -----

Não foi entregue nenhum expediente neste ponto. -----

**3. INTERVENÇÕES DO EXECUTIVO MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO** -----

O senhor **Presidente da Câmara, António dos Santos Robalo**, em conformidade com o disposto no artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 18.º do Regimento do Funcionamento das Reuniões de Câmara, iniciou os trabalhos perguntando aos senhores Vereadores quem pretendia intervir. -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** deu nota de duas situações. *“As medidas que fomos adotando em termos de funcionamento de Câmara, em termos da relação com os municípios, em termos de serviços, em termos de prevenção e preparação no contexto em que estamos, têm sido divulgadas. Devemos criar um conjunto de medidas para discussão e votação, medidas resposta a este contexto de dificuldade para as famílias, instituições e empresas. Devemos com a máxima urgência, podendo fazê-lo numa reunião extraordinária. Devemos trazer à ordem do dia esta questão. Construir um pacote de medidas de alavancagem da economia local.”* -----

No seguimento do ponto de situação dado pelo senhor Presidente da Câmara, o senhor **Vice-Presidente da Câmara**, no que diz respeito à intervenção no terreno e no âmbito da Proteção



e

Civil, referiu que não existe, para já, nenhum caso no concelho, “*um bocado fruto da nossa intervenção e empenho, e que tenho que ressaltar aqui, de algumas entidades que estão no terreno, nomeadamente, uma ótima coordenação que tem havido entre Proteção Civil municipal, GNR, Bombeiros e essencialmente, Presidentes de Junta. Os Presidentes de junta têm tido aqui um papel fulcral nesta situação, porquê são eles que se constituíram nas freguesias o garante que a situação não se complica. Estamos num sistema que funciona assim: sempre que há chegada ao território de emigrantes ou imigrantes, e neste momento estamos com um problema que é a afluência das pessoas de etnia cigana que regressa de Espanha, nomeadamente das zonas de risco, e que tem tido uma atenção especial. A partir do momento em que os Presidentes de Junta se apercebem da chegada de pessoas, comunicam de imediato à Proteção Civil, e a mesma faz chegar à GNR, que desloca ao local uma patrulha. E essas situações são monitorizadas permanentemente. As pessoas têm acatado e têm tido uma atitude colaborativa, e isto deve-se ao sentido de responsabilidade dos agentes no terreno. Temos também no terreno 4 viaturas da Câmara com um sistema sonoro e tem estado a surtir efeitos. Uma palavra relativamente aos nossos lares, uma atitude muito positiva, de espírito de sacrifício dos funcionários, as direções também têm tido uma boa atitude. -----  
Portanto, para já, estamos bem, não temos nenhum caso.” -----*

Relativamente às instituições, a senhora **Vereadora Sílvia Nabais** disse que “*as instituições tomaram as medidas antes de lhes ser solicitado. Algumas instituições limitaram as visitas antes de ser estabelecido que não deveriam ter visitas. A verdade é que tomar essa atitude dois dias antes foi, pelos vistos, o suficiente para estarmos neste momento um pouco mais tranquilos. Mas o que é certo é que se conseguiu controlar aqui, e as funcionárias têm tido um espírito de missão e têm procurado corresponder àquilo que lhes é pedido. Nós vamos tentar junto com a Segurança Social tomar algumas medidas que possam prevenir o caso de haver alguma rotura, em termos do número de pessoas, e vamos tentar prepararmo-nos ao máximo para aquilo que possa vir. -----  
O maior problema tem sido a entrega dos equipamentos de proteção individual, mas estamos a tentar resolver.” -----*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** acrescentou ainda que no âmbito do plano de contingência foram criados dois espaços de reserva para situações que possam vir a acontecer. Estão instaladas cerca de 50 camas no Pavilhão Municipal e serão instaladas cerca de 80 camas no edifício da

ExpoSabugal. *“Está também reservado um espaço para um grupo de bombeiros que pode vir a ser necessário caso haja algum problema no pavilhão da escola.”* -----

Em relação a este tema, o senhor **Vereador Luís Gonçalves** deixou uma pequena nota: -----  
*“Percebemos que estamos em perfeita sintonia, no sentido em que a Câmara tem adotado as medidas que efetivamente são necessárias, aliás tivemos oportunidade de falar sobre esse tema na anterior Reunião quando tentámos perceber e discutir medidas no sentido de não permitir que as pessoas regressassem às terras, ou que saíssem das suas residências e assim poder controlar a propagação. Em boa hora que estão a acatar, e em boa hora que a Proteção Civil em articulação com as autoridades competentes, nomeadamente a GNR e os Bombeiros, têm reforçado essa fiscalização digamos assim, no sentido da prevenção, e por aí congratulamo-nos todos por estar em perfeita sintonia e ainda bem que as medidas estão a surtir efeito. -----  
Em relação à questão que o Presidente expôs, dos ajustes diretos, eu penso que essa medida estará a ser pensada pelo Governo.”* -----

O senhor **Vereador Luís Gonçalves** apresentou algumas questões. *“No passado dia 29 de fevereiro foi notícia que existia a intenção dos municípios de Penamacor e do Sabugal assumirem a cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata. Eu penso que esta intenção está assente no Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto e que define o modelo de cogestão das áreas protegidas. A questão em concreto e eu gostava de perceber, Sr. Presidente, qual é a ideia que tem objetivamente para a gestão da Reserva Natural, quais é que São as medidas que dentro das competências que a lei prevê para executar na Reserva.”* -----

Solicitou que, sem pressas, mas, quando possível fosse fornecido aos Vereadores do Partido Socialista um dossier completo e discriminado com todos os apoios e transferências efetuadas para as Juntas de Freguesia desde o início do mandato. -----

Por último, questionou o senhor Vereador António Dionísio sobre o documento enviado para a Câmara Municipal e que foi abordado na anterior Reunião de Câmara, do qual não teve acesso, pois esteve presente na mesma por Skype, referente à sua viagem a Cabo Verde com o executivo. –

Em resposta, o senhor **Vereador António Dionísio** respondeu que *“na qualidade de Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Sabuga, fui convidado pelo Sr. Presidente da Câmara para fazer parte da comitiva do Município na viagem a Cabo Verde mais concretamente ao Município de Ribeira Grande na ilha de Santo Antão, no âmbito da gemação existente entre os dois*



municípios. Com o intuito de desenvolver ações no âmbito da ação social. Nessa carta, indico o tipo de ações que poderiam ser feitas em termos de apoio por parte das nossas instituições e assim ajudarmos o desenvolvimento deste sector naquele município. Do que resultou da minha observação no terreno passei para o papel e fiz uma resenha do que me pareceu ser possível colaborar com instituições Cabo-verdianas no sentido de transferirmos para lá o que tão bom já fazemos no nosso concelho, sobretudo na valência da terceira idade. Foi neste contexto que fiz uma carta dirigida ao Sr Presidente da Câmara a compilar aquilo que eu acho que foi a minha observação durante a estadia na Ribeira Grande.” -----

Na sequência do seu discurso, teceu considerações no âmbito do coronavírus. -----

“Vemos diariamente na televisão que a grande preocupação são os lares da terceira idade. O nosso concelho vive muito dos lares da terceira idade que é a principal atividade do nosso concelho. Eu tenho visto nas notícias que as Câmaras Municipais têm ajudado estas instituições a fazerem os seus planos de contingência, distribuindo equipamentos de proteção individual. Sei que Câmaras da nossa zona já o fizeram. -----

Perguntava se está previsto algum apoio desse género apoiando a compra ou a confeção de material de proteção. Há muitas costureiras que se lhe fornecermos o material, elas fazem máscaras que poderiam ser entregues a os lares. O problema é o material, se a Câmara Municipal conseguisse essa ajuda, seria muito boa. Sabemos que a partir do momento em que entra um caso de COVID-19 num lar, todo o pessoal que lá trabalha vai ter de ficar em quarentena, e depois, quem é que lá trabalha? É necessário precaver este tipo de situações e ter um plano para que depois possamos agir. Uma das formas é a constituição de grupos de trabalho que não se cruzem na instituição, mas isso vai aumentar para o dobro a quantidade de funcionários e os rendimentos mantêm-se os mesmos. A CMS tem algum procedimento previsto para estas situações?” -----

Acerca das pré-escolas e das creches fechadas, o senhor **Vereador António Dionísio** disse que “as instituições continuam a ter custos com o pessoal, e mesmo que optem pela adesão à lay-off, há sempre um custo que a instituição tem que suportar com esse pessoal. Como essas instituições não obtêm rendimento devido à suspensão das atividades, não vão poder suportar esse custo. Queria saber se estava previsto alguma coisa, também nesse sentido.” -----

Relativamente à deslocação de utentes de lares com COVID-19, tinha uma questão, mas que a mesma fora respondida pelo senhor Vice-Presidente da Câmara ao informar os locais que vão servir para esse efeito, e que considera “uma ótima ideia”. -----

2

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** abordou as questões levantadas pelo senhor Vereador Luís Gonçalves. -----

*“Saiu legislação que possibilita a cogestão ou uma participação mais ativa dos municípios na gestão das reservas e espaços naturais Confirmo a existência de encontro, entendimento entre o Município de Penamacor e Sabugal com vista ao lançamento da candidatura para a cogestão da Reserva Natural da Malcata. -----*

Relativamente à carta enviada pelo senhor Vereador António Dionísio, enquanto Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Sabugal, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que a mesma, em relação à questão dos lares, *“evidencia a preocupação particular de todos nós, e em particular por ser provedor. -----*

*É evidente que nós temos acompanhado e monitorizado as dificuldades do funcionamento do dia-a-dia e de potenciais riscos que possam ocorrer após o aparecimento de eventuais casos, bem como as suas complicações, a senhora Vereadora Sílvia Nabais juntamente com a equipa tem acompanhado em permanência. Numa primeira fase, foi feita uma encomenda de máscaras para ser distribuída. Estamos focados e disponíveis para o desenvolvimento de qualquer medida de urgência e de emergência que as instituições nos participem. -----*

*Com serenidade devemos discutir estas coisas e estar disponíveis para acudir às situações.” -----*

O senhor Presidente da Câmara passou a palavra à senhora **Vereadora Sílvia Nabais** para comentar os pedidos concretos dos lares. *”os pedidos concretos dos lares vão ao encontro daquilo que também estamos a preparar. Por um lado, é a questão das proteções e, como digo, nós fizemos a encomenda ainda antes desta questão se levantar desta forma e com um fornecedor que nos garantia, que no prazo estipulado nos entregava o material, e tentámos confirmar quase diariamente, e ele dizia que sim, mas agora não atende o telefone, e por isso estamos um bocado condicionados. Já estamos a pensar num plano B, e tentar arranjar uma alternativa, que seria pedir a costureiras locais que fizessem esses materiais de proteção. Fizemos encomendas também através da CIM. A ideia é tentarmos arranjar equipamentos, mas não tem sido fácil. Sabemos que algumas instituições já nos têm dito que dentro das próprias instituições nos têm tentado arranjar alternativas, nomeadamente máscaras. Não tem sido fácil, mas têm conseguido resolver a situação. E assim que tivermos os equipamentos nós vamos distribuir, obviamente. Relativamente ao voluntariado, tem estado a ser articulado com a Segurança Social essa questão, nomeadamente se houvesse deslocação de idosos para algum espaço por haver infetados numa determinada IPSS como é que seria. Isso foi discutido com eles, e realmente, numa situação dessas quem tem de*



2

*assumir o controlo terá de ser a saúde, porque a saúde é que define para onde vai cada um dos utentes. O espaço já o temos preparado desde a semana passada, com condições de mobilidade e o máximo de condições que conseguimos assegurar. A alimentação aos lares também já tinha sido acautelada.* -----

*Nós estamos preparados e temos as medidas prontas para avançar, aquilo que neste momento nos está a falhar, é o que está a falhar no país inteiro, que são os equipamentos de proteção individual, e vamos ter de arranjar aqui uma alternativa porque os fornecedores não estão a dar conta do recado. Como disse o senhor Presidente, recebemos centenas de e-mails diariamente a vender tudo, mas na prática não há prazos de entrega, mesmo os que garantem prazos de entrega não cumprem com esses prazos.* -----

*A preocupação é relativamente à deslocação dos idosos, se ela tiver de ser feita, assegurar que haja pessoal voluntário, mas que também haja recursos humanos capacitados e com competência para tratar deles, porque são uma população muito específica, com características muito específicas.”* -----

Relativamente a este assunto, o senhor **Vereador António Dionísio** referiu ainda que se fala de uma dificuldade, “*enquanto que no funcionamento normal de uma instituição são precisas determinadas pessoas para fazerem os turnos. Agora, é-nos solicitado que sejam feitos grupos de trabalho que se cruzem o menos possível. Para fazer isso, todas as instituições vão ter de ter mais gente a trabalhar, ou seja, é gente que não pode ir para o lay-off. Isto quer dizer que é um custo acrescido com rendimentos a menos. Esta situação vai criar dificuldades nas instituições.*” -----

Disse ainda que tanto a Santa Casa da Misericórdia do Sabugal, como a Santa Casa da Misericórdia do Soito poderão ter bolsas de pessoal da parte da infância uma vez que deixaram de trabalhar e podem exercer funções. -----

A senhora **Vereadora Sandra Fortuna** referiu que se está no caminho correto em relação às instituições, “*arranjando mecanismos até onde é possível apoiar. Em relação às instituições, as IPSS's integram um órgão, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), que está a enviar diretamente para as instituições com questões sobre aquilo que necessitam a nível de encomendas, uma vez que têm mais facilidade de adquirir esses tipos de material. Para além da CNIS, também a Humanitas também está a ir pelo mesmo caminho. Para mim, o ponto fundamental tem a ver com prevenção, e a melhor forma de prevenir é sensibilizar acima de tudo os funcionários das instituições. Tentar que o material seja entregue para que as pessoas que*

trabalham, as equipas que neste momento estão a cuidar de quem precisa sejam protegidas. É por este caminho que temos de ir, a prevenção e a sensibilização. -----

Há aqui uma parte que me preocupa bastante. No plano de contingência que cada instituição tem de ter, há um ponto que diz que é necessário um espaço para que se um utente ou funcionário tenha sintomas, seja deslocado e isolado. Se eu coloco um acamado nesse espaço eu tenho de ter um funcionário junto dessa pessoa, e tem de estar protegido. E é isto que me preocupa neste momento, se chegamos a esta situação e não temos as condições necessárias de proteção dos funcionários. E nestas situações, já que não temos todo o equipamento para distribuir por todas as instituições, estas situações mais preocupantes têm de ser salvaguardadas. -----

Estamos a falar de instituições e de postos de trabalho que muitas das vezes não são valorizados da forma que deviam ser, e neste momento estamos a verificar que são estas pessoas as fundamentais para fazer e para proteger os nossos idosos. A parte das IPSS's é um dos pontos fortes do concelho do Sabugal, prestam um serviço de qualidade graças a essas pessoas que trabalham, e têm de ser transmitido para dentro das instituições uma mensagem de confiança para tentar tranquilizar quem lá trabalha. -----

Os planos de emergência estão feitos, estão nas instituições, há um espaço onde são colocadas as pessoas com sintomas. E se não for autónoma este material tem de estar nesse espaço.” -----

O senhor **Vereador Luís Gonçalves** questionou ainda se “do efetivo dos colaboradores dos lares, há algum lar do concelho que tenha gente permanentemente por período alargado, nomeadamente, pelo período de 14 dias, período de incubação do COVID. É que os colaboradores, tanto quanto sei em alguns lares não estão em período alargado, e não temos um mecanismo de controlo sobre o que fazem fora dos lares, existindo a possibilidade de quando regressarem estarem contaminados. -----

Isto deveria ser sugerido às direções, que os trabalhadores fizessem turnos alargados, nomeadamente de 14 dias seguidos. Se fosse possível, esta era a melhor maneira de criar barreiras ao contágio.” -----

Em resposta, o senhor **Vereador António Dionísio** referiu que todos os lares, ou quase todos já o propuseram, e torna-se quase impossível porque não têm espaços para os funcionários dormirem, sendo esse o maior problema. -----



✓

“Do meu conhecimento, o que as instituições conseguiram foi implementar as 12h seguidas, porque o confinamento das pessoas durante 15 dias na instituição levantava vários problemas. Um era o espaço para as pessoas ficarem e o segundo tinha a ver com o facto de as pessoas terem alguma resistência, numa fase destas, estarem afastados 15 dias das suas famílias. -----  
É verdade que seria a medida ideal, mas não foi possível implementar. E o que estão a tentar fazer é 4, 5 ou 7 dias com turnos de 12 horas, e têm equipas que vão rodando.”, informou a senhora **Vereadora Sílvia Nabais**. -----

O senhor **Vereador Amadeu Neves** referiu ainda que “em coordenação com o Dr. Jaime e a Matilde, informámos todas as associações da prorrogação do prazo de entrega das candidaturas de apoio ao associativismo.” -----

Não havendo mais intervenções e com a concordância de todos foi agendada **Reunião de Câmara Extraordinária para as 10 horas do dia 6 de abril**, com um ponto único da ordem de trabalhos: Discussão e votação das medidas de apoio à dinamização da economia local, tendo em conta a pandemia do COVID 19 e o senhor **Presidente da Câmara** passou ao ponto seguinte. -----

**4. RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS EXARADOS AO ABRIGO DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

- A Câmara **deliberou**, por unanimidade, ratificar o despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, no dia 30-03-2020, sob a informação n.º 1489, datada de 30-03-2020, a apresentar **Proposta de celebração de Protocolos: Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Sabugal e Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Soito**, no qual consta “*Aprovo. À Reunião de Câmara para ratificação.*”, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.-----  
Mais foi deliberado, por unanimidade, designar como **gestor de contrato** o Engenheiro Alberto Barata, nos termos do artigo 290.º - A do CCP. -----

Não participou na discussão e votação deste assunto, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Vítor Manuel Dias Proença, por se encontrar impedido ao abrigo do artigo 31.º e 69.º do CPA. -----

e

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **I** -----

----- **DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA** -----

**1.1** A Câmara **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a ata da Reunião de Câmara realizada no dia 18-03-2020.** -----

-

**1.2** Face à informação registada sob o n.º 1490, datada de 31-03-2020, prestada pelo Gabinete Jurídico, sobre o **pedido de isenção do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) de um prédio urbano sito na Rua do Cemitério, Freguesia de Sortelha e concelho do Sabugal**, e descrito na Conservatória do Registo Predial do Sabugal sob o n.º 55/19870528, da Freguesia do Sabugal, com o artigo matricial urbano 851, da freguesia de Sortelha, **requerido pela empresa Green Seed Portugal Lda.**, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a proposta de isenção de IMT requerida** e, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal e com a alínea d) do artigo 15.º e do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, **submeter a proposta à Assembleia Municipal**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

**1.3** Face à informação registada sob o n.º 1499, datada de 31-03-2020, prestada pelo Gabinete Jurídico, sobre o **pedido de isenção do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) de três prédios**, localizados na aldeia histórica de Sortelha, **requerido pela empresa Doses D'amor – Empreendimentos Turísticos Unipessoal, Lda.**, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a proposta de isenção de IMT dos seguintes prédios:** -----

- Prédio urbano, inscrito na matriz sob o n.º 1039 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Sabugal, sob o n.º 584/19980701; -----
- Prédio urbano, inscrito na matriz sob o n.º 679 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Sabugal, sob o n.º 256/19940427; -----
- Prédio rústico, inscrito na matriz sob o n.º 1661 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Sabugal, sob o n.º 23/19860528. -----

-



e, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal e com a alínea d) do artigo 15.º e do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, **submeter a proposta à Assembleia Municipal**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

----- **II** -----

----- **DIVISÃO DE PLANEAMENTO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO** -----

**2.1** A Câmara tomou conhecimento dos despachos exarados pelo Sr. ° Presidente da Câmara, no uso da competência a que refere o n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, relativos à Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território, no período de 18-03-2020 a 01-04-2020. -----

Nome	Local da Obra	Data do despacho	Natureza da obra
Ana Bela Martins Pinheiro	Rua do Fundo da Quinta, nº 3 – Cardeal - Rendo	18.03.2020	Defiro o licenciamento de obras de demolição e alteração de edificação destinada a habitação e construção de edificação anexa, nas condições da informação da DPUOT
Jose Valente Rasteiro	Vale Cocinho – Aldeia da Ribeira	19.03.2020	Defiro o projeto de arquitetura de obras de construção de uma edificação destinada a apoio agrícola (legalização), nas condições da informação da DPUOT
Filipe Alexandre Ramos Monteiro	Cabecinhos- Estrada Nacional 233-3 - Rendo	19.03.2020	Defiro o projeto de arquitetura de obras de construção de habitação e muro de vedação, nas condições da informação da DPUOT
José Valente Rasteiro	Vale Cocinho – Aldeia da Ribeira	20.03.2020	Defiro o licenciamento de obras de construção de edifício destinado a apoio agrícola – legalização, nas condições da informação da DPUOT
António Fernandes Simões	Sítio do Barreiro - Baraçal	26.03.2020	Defiro o projeto de arquitetura de obras de alteração e ampliação de uma edificação destinado habitação, arrumos e construção de anexo -legalização, nas condições da informação da DPUOT
Associação do Lar e Centro de Dia São Salvador do Casteleiro	Rua da Estrada (E.N.18-3) – Casteleiro	26.03.2020	Defiro o projeto de arquitetura de obras de alteração e ampliação de edifício destinado a serviços, nas condições da informação da DPUOT
Inês Filipa Martins Pais	Travessa de Santo António, n.º20 - Quadrazais	26.03.2020	Defiro o projeto de arquitetura de obras de alteração de edifício destinado a habitação - Alteração no decorrer da obra, nas condições da informação da DPUOT

2

Madalena Andana Torrado Seixas	Avenida das Escolas, n.º 16 – Vilar Maior-União das Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos	26.03.2020	Defiro o projeto de arquitetura de obras de alteração e ampliação de uma edificação destinado habitação e construção de anexos, nas condições da informação da DPUOT
Luís Pais dos Santos	Travessa da Estrada Principal, n.º10 – Trigais - Bendada	26.03.2020	Defiro o projeto de arquitetura de obras de construção de edifício destinado a arrumos - legalização, nas condições da informação da DPUOT
Joaquim Manuel Batista	Colonia Agrícola Martim Rei – União de freguesias de sabugal e Aldeia de Santo António	30.03.2020	Defiro o licenciamento de obras de construção de um edifício destinado habitação anexo e piscina (legalização) nas condições da informação da DPUOT
Jasmim Neto	Rua dos Fieis de Deus, nº 4 Seixo do Côa	30.03.2020	Defiro o licenciamento de obras de alteração e ampliação de um edifício destinado habitação anexo, nas condições da informação da DPUOT
António Fernandes Simões	Sítio do Barreiro - Baraçal	30.03.2020	Defiro o licenciamento de obras de alteração e ampliação de um edifício destinado habitação e arrumos, e construção de anexo, legalização nas condições da informação da DPUOT

Município do Sabugal

**2.2** Face à informação registada sob o n.º 1439, datada de 25-03-2020, referente ao **Regime de Regularização das Atividades Económicas – Sistema nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios**, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **dispensar as condições previstas nos números 4 a 8 do artigo 16.º do DL 124/2006, de 28 de junho**, na sua atual redação, relativo ao processo de obras de que é requerente João Manuel Lousa Martins, por se encontrar inserido no regime de regularização da atividade pecuária a que alude o DL 165/2014, de 5 de novembro, merecedora de parecer favorável condicionado em conferência decisória coordenada pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro e, por se entender ser inviável o seu cumprimento e se encontrarem previstas no processo de obras as medidas de minimização do perigo de incêndio aprovadas pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta, para cumprimento pelo respetivo titular, sem prejuízo dos condicionantes que venham a ser aprovados pela Comissão. -----

**2.3** Face à informação registada sob o n.º 19/2020-IA, datada de 06-03-2020, referente ao pedido de emissão **de certidão comprovativa da constituição de propriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial rústica com o artigo n.º 3995, sito em Ínsua, freguesia de Sabugal – União de Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António**, conforme requerido pela Sr.ª Sr.ª Angelina Franco da Veiga Guerra Gomes Sandra Quelhas, na qualidade de Cabeça de Casal da Herança de Maria Ramos





Reis, foi **deliberado**, por unanimidade, **deferir o pedido de emissão**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

2.4 Face à informação registada sob o n.º 1416/2020, datada 20-03-2020, referente ao **pedido de emissão de destaque de parcela de um prédio rústico localizado em rua do Vale Mendo, freguesia de Soito, descrito na Conservatória do Registo Predial de Sabugal sob o n.º 682 e inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo n.º 1995, requerido pelo Sr.º José Augusto Leonor Palinhos**, foi **deliberado**, por unanimidade, **autorizar a emissão da certidão comprovativa do destaque de parcela**, nos termos constantes da informação e parecer emitido. -----

2.5 Face à informação registada no CGCM sob o n.º 2344, datada de 16-03-2020, referente ao **pedido de isenção de pagamento de taxas e emissão de alvará de licença de obras de construção de uma edificação unifamiliar em Soito, requerido por João José Garrido Lavrador e Vanessa Ramalhinho Monteiro Lavrador**, foi **deliberado, por unanimidade, deferir o pedido**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

----- III -----

----- DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

3.1 Face à informação registada sob o n.º 1136, datada de 04-03-2020, referente à **reativação da antiga estação elevatória de água (EEA) para apoio às explorações pecuárias, sito em Quinta das Fontelas, localidade Soito**, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **reativar a estação elevatória de água, com um custo anual estimado de 1.678,35€ (consumo de energia elétrica e custo de manutenção e a compra da eletrobomba)**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

3.2 Face à informação registada sob o n.º 1303, datada de 13-03-2020, referente à **libertação de 30% do valor da caução da empreitada “Requalificação urbana da avenida de S. Cristóvão no Soito, incluindo o Largo”**, requerido pelo adjudicatário da obra, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **autorizar a libertação de 30% da caução**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

✓

3.3 Face à informação registada sob o n.º 1323, datada de 13-03-2020, referente à **recepção definitiva e libertação de garantias** prestadas no âmbito da obra: “*Construção de um relvado sintético na zona desportiva do Sabugal*”, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **receber definitivamente a obra** e subsequente **libertação das garantias bancárias**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

3.4 Face à informação registada sob o n.º 1412, datada de 20-03-2020, referente à **recepção provisória parcial da obra** “*Adaptação da Escola do 2.º Ciclo do Sabugal em Escola Primária do 1.º e 2.º Ciclo do Sabugal*”, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **autorizar a libertação provisória parcial da obra, notificando o empreiteiro para corrigir no prazo determinado a anomalia detetada na obra**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

3.5 A Câmara **deliberou**, por unanimidade, **ratificar o despacho exarado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no dia 20-03-2020, sob a informação n.º 1450, datado de 26-03-2020, relativo ao **Concurso Público de empreitada “Alteração e ampliação do edifício dos Paços do concelho” – Análise e resposta a esclarecimento**, no qual consta “*Aprovo resposta aos esclarecimentos solicitados. Remeter à próxima Reunião de Câmara para ratificação de despacho.*”, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

3.1 Face ao orçamento apresentado pela EDP, registado no CGCM sob o n.º 2164, no dia 10-03-2020, referente a **Nova Ligação IP na Rua Fonte da Bica, 104 PT, freguesia de Sabugal, concelho do Sabugal, no valor de 1.189,14 €**, com IVA incluído à taxa legal em vigor, foi **deliberado**, por unanimidade, **autorizar o pagamento da nova ligação IP**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

----- IV -----

----- **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA** -----

4.1 Face à informação registada sob o n.º 1281, datada de 12-03-2020, referente a **Apoios Pontuais a alunos do Ensino Superior**, foi **deliberado**, por unanimidade, **atribuir 1 apoio económico, com uma despesa total de 250,00**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----



E

4.2 Face à informação registada sob o n.º 1285, datada de 12-03-2020, referente à **Análise de Candidatura para atribuição de Cartão Social**, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º conjugado com as alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 17.º do Regulamento de Apoios Sociais do Município do Sabugal, foi **deliberado**, por unanimidade, **autorizar a emissão de cartões sociais, assim como o acesso ao conjunto de benefícios inerentes ao mesmo, para os requerentes com processo deferido**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

4.3 face à informação registada sob o n.º 1286, datada de 12-03-2020, referente à **Renovação de Cartões Sociais Municipais**, nos termos do disposto no n.º 3.2 do artigo 17.º do Regulamento de Apoios Sociais do Município do Sabugal, foi **deliberado**, por unanimidade, **autorizar a renovação dos cartões sociais, assim como o acesso ao conjunto de benefícios inerentes ao mesmo para os requerentes**. -----

V-----

-----**PRESIDÊNCIA**-----

SERVIÇO DE ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO-----

5.1 Face à informação registada sob o n.º 2091, datada de 09-03-2020, referente ao **pedido de utilização de fração N1 do CNT**, requerido pela empresa MBT, Unipessoal Lda., a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **deferir o pedido**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

GABINETE DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES-----

5.2 A Câmara **deliberou**, por unanimidade, **ratificar o despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara**, no dia 17-03-2020, sob a informação n.º 1196, datada de 06-03-2020, referente à **renovação do licenciamento do Software Microsoft Enterprise Agreement**, no qual consta “*Aprovo anúncio, programa de concurso e caderno de encargos. Nomeio o seguinte júri:* -----

*Presidente: Domingos Malhadas* -----

*Vogais: Nuno Conde e Paulo Vaz* -----

*Vogais suplentes: Jaime Pinto e Isabel Gonçalves* -----

À Reunião de Câmara para ratificação.”, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

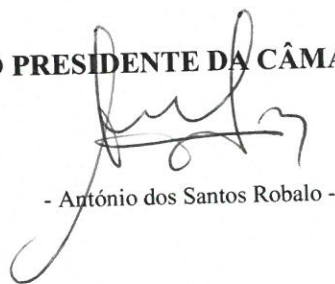
Foi ainda **deliberado**, por unanimidade, **aprovar a repartição de encargos e remeter a mesma à Assembleia Municipal**. -----

Município do Sabugal



---- Sendo onze horas e cinquenta minutos e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião da qual, para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada por mim, Vânia Martins Filipe Vânia Martins Filipe, Assistente Técnica, que a lavrei, e pelo senhor **Presidente da Câmara**, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA**



- António dos Santos Robalo -